



AUTÓGRAFO

Processo n.º 211/2023

SANÇÃO
SANCIONO A PRESENTE LEI
ITABERABA-BA, 15/12/2023
PREFEITO

LEI N.º 1764
DE

13 DE DEZEMBRO DE 2023

AUTORIZA A CONCESSÃO REAL DO DIREITO DE USO DE LOTE DE TERRAS À PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ n.º 23974.266/0001-30 PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES RELIGIOSAS SOCIAIS E CULTURAIS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABERABA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º - Fica concedido o direito real de uso ao lote de terras urbano situado no endereço constante no anexo I da referida lei, localizado no Município de Itaberaba, Bahia, com as limitações geográficas ali definidas à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ n.º 23974.266/0001-30.

Art. 2.º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder o direito real de uso o imóvel descrito no art. 1.º à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ n.º 23974.266/0001-30 com o propósito da referida congregação desenvolver as suas atividades culturais, sociais e religiosas.

§ 1.º - A área concedida não poderá ser alienada tampouco ter destinação diversa do propósito disposto no caput deste artigo, sob pena de nulidade do ato, com a reversão da área ao patrimônio do Município de Itaberaba e consequentemente perda, em favor deste, das benfeitorias construídas, sem que discorram quaisquer direitos indenizatórios, devendo tais advertências constar na escritura de concessão do direito real de uso.

§ 2.º - Em caso de descumprimento dos termos constantes da presente lei, a revogação da concessão operar-se-á automaticamente, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, revertendo-se a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade.

Art. 3.º - O terreno de que trata esta Lei reverterá, ainda, ao Patrimônio Municipal, nas condições estabelecidas nos artigos anteriores, bem como, uma vez extinto, desativado ou mudado de local o referido órgão/corporação ou alteradas as suas finalidades.

Art. 4.º - Haverá, ainda, reversão do bem em favor do Município de Itaberaba, acaso não ocorra o pleno funcionamento das atividades da congregação no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da publicação da presente lei.

Art. 5.º - Correrão às expensas do concessionário as despesas relativas à transferência do bem, notadamente quanto aos impostos e taxas pertinentes

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA, em 13 de dezembro de 2023.

Vereador GERSON ALMEIDA DE JESUS
Presidente



Ofício PGM/GAB n.º100/2023

Itaberaba, 04 de Dezembro de 2023

Exm.º Sr. GERSON ALMEIDA DE JESUS

M.D Presidente da Câmara Municipal

Nesta

**ENVIO DE PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 008/2023
QUE AUTORIZA CESSÃO DE LOTE DE TERRA PARA A 1ª IGREJA
QUERUBINS DE ITABERABA**

Exm.º Sr. Presidente

Após cordiais cumprimentos, solicitamos que seja juntado aos autos o Projeto de Lei substitutivo anexo para apreciação em regime de urgência especial.

Sendo o que se apresenta, aproveito o ensejo para elevar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

RICARDO DOS ANJOS
MASCARENHAS:0136635857
0

Assinado de forma digital por
RICARDO DOS ANJOS
MASCARENHAS:01366358570
Dados: 2023.12.12 09:22:41 -03'00'

RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS

Prefeito Municipal

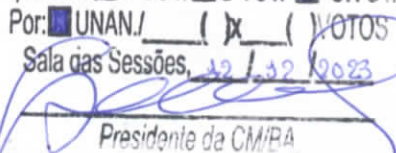
Câmara Municipal de Itaberaba

RECEBIDO EM

12 / 12 / 23 Às 10:30 h

Anna Valéria Bastos

Servidor(a) CMI/BA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-BA	
aprovado <input type="checkbox"/> 1ª VOT.	<input type="checkbox"/> 2ª VOT. <input checked="" type="checkbox"/> U.VOT.
Por: <input checked="" type="checkbox"/> UNAN.	(1) VOTOS
Sala das Sessões, 12 / 12 / 2023	
	
Presidente da CM/BA	



Ao

Exmº Sr. Gerson Almeida de Jesus

Presidente da Câmara Municipal de Itaberaba

REQUERIMENTO

Os vereadores que o presente subscrevem, na forma do Art. 145, combinado com o Art. 78 do Regimento Interno desta Casa, requerem de V. Ex.^a, ouvido o Plenário, que, aprovado o regime de urgência especial, **DISPENSAR OS PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES, relativos ao projeto de lei abaixo discriminado:**

- 1. Processo nº 211/2023 – PROJETO DE LEI nº 08/2023 de autoria do Poder Executivo Municipal:** autoriza a concessão real do direito de uso e lote de terras urbanas à Primeira Igreja Querubins, inscrita no CNPJ sob nº 23.974.266/0001-30, para desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2023.

VEREADORES:

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-EA
Aprovado ☐ 1ª VOT. ☐ 2ª VOT. ☒ U.VOT.
Por: ☒ UNAN. / (☒) VOTOS
Sala das Sessões, 12 / 12 / 2023

Presidente da CM/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA

www.itaberaba.ba.gov.br

PROJETO DE LEI DE N. 008/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA BA
PROTOCOLO GERAL
PRJ JC Nº 293 / 2023
EM, 11 / 04 / 23
Anna Valéria Bastos
Servidora (a) da CM/BA

**AUTORIZA A CONCESSÃO REAL DO
DIREITO DE USO DE LOTE DE
TERRAS À PRIMEIRA IGREJA
QUERUBINS inscrita no CNPJ nº
23974.266/0001-30 PARA
DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES
RELIGIOSAS SOCIAIS E CULTURAIS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABERABA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º - Fica concedido o direito real de uso ao lote de terras urbano situado no endereço constante no anexo I da referida lei, localizado no Município de Itaberaba, Bahia, com as limitações geográficas ali definidas à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ nº 23974.266/0001-30.

Art. 2.º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a conceder o direito real de uso o imóvel descrito no art. 1.º à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ nº 23974.266/0001-30 com o propósito da referida congregação desenvolver as suas atividades culturais, sociais e religiosas.

§ 1.º - A área concedida não poderá ser alienada tampouco ter destinação diversa do propósito disposto no caput deste artigo, sob pena de nulidade do ato, com a reversão da área ao patrimônio do Município de Itaberaba e consequentemente perda, em favor deste, das benfeitorias construídas, sem que discorram quaisquer direitos indenizatórios, devendo tais advertências constar na escritura de concessão do direito real de uso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA

www.itaberaba.ba.gov.br

§ 2.º - Em caso de descumprimento dos termos constantes da presente lei, a revogação da concessão operar-se-á automaticamente, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, revertendo-se a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade.

Art. 3.º - O terreno de que trata esta Lei reverterá, ainda, ao Patrimônio Municipal, nas condições estabelecidas nos artigos anteriores, bem como, uma vez extinto, desativado ou mudado de local o referido órgão/corporação ou alteradas as suas finalidades.

Art. 4.º - Haverá, ainda, reversão do bem em favor do Município de Itaberaba, acaso não ocorra o pleno funcionamento das atividades da congregação no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da publicação da presente lei.

Art. 5.º - Correrão às expensas do concessionário as despesas relativas à transferência do bem, notadamente quanto aos impostos e taxas pertinentes

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

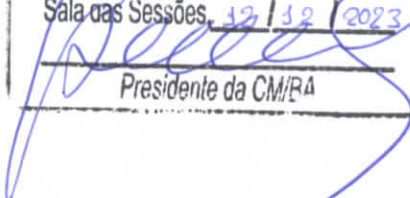
Itaberaba, 08 de Dezembro de 2023

RICARDO DOS ANJOS
MASCARENHAS:013663
58570

Assinado de forma digital por
RICARDO DOS ANJOS
MASCARENHAS:01366358570
Dados: 2023.12.12 09:23:12 -03'00'

RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERABA-EA		
Aprovado	<input type="checkbox"/> 1ª VOT.	<input type="checkbox"/> 2ª VOT. <input checked="" type="checkbox"/> U. VOT.
Por:	<input checked="" type="checkbox"/> UNAN. / <input type="checkbox"/> () VOTOS	
Sala das Sessões, 12 / 12 / 2023		
		
Presidente da CM/EA		

Itaberaba/BA, 27 de novembro de 2023.

CI ASSJUR01LO271123CMI

À Sua Excelência o Senhor,
Gerson Almeida de Jesus,
MD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itaberaba.

Assunto: Projeto de Lei nº 08/2023.

Senhor Presidente,

Honrados em cumprimentá-lo, **em atenção ao pedido** de revisão do Parecer Jurídico ASSJUR.VB.01.140423.CMI, **cumpre-nos fazer as seguintes ponderações:**

Trata-se de proposição assim ementada: "**Desafeta e autoriza a cessão de lote de terras urbano à Primeira Igreja Querubins, inscrita no CNPJ nº 23974.266/0001-30, para desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais.**"

Acerca da proposta essa Assessoria Jurídica **exarou** parecer opinativo pela sua inconstitucionalidade, visto que a mesma, **na forma como foi redigida**, trafegava em desacordo com princípios constitucionais e **legislação** de regência.

Realizadas as alterações de estilo, solicitou-se a emissão de novo parecer.

Analizando detidamente a proposição, **nota-se** que a mesma novamente padece de algumas inadequações, a saber:



Primeiramente, o termo "cessão" utilizado na proposição é impróprio. Cessão somente é admitido quando ocorre a transferência de um bem público de uma entidade ou órgão para outros órgãos ou entidades pertencentes à administração.

Observe-se que o art. 46 da Lei 9.433/05 (de aplicação simétrica), rege que:

Art. 46 - A cessão de uso de bens públicos estaduais móveis ou imóveis far-se-á gratuitamente, ou em condições especiais, a entidade de sua administração indireta ou a outras pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, para que sejam por elas utilizados, sempre com predeterminação de prazo e, quando cabível, atribuição de encargos.

Nesse mesmo sentido, a doutrina de Hely Lopes Meirelles¹ exorta que:

Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize segundo sua normal destinação, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bem desnecessário aos seus serviços cede o uso a outra que o está precisando, nas condições estabelecidas no respectivo termo de cessão.

(...)

(...) Realmente, a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o traspasse da posse de um bem público para outra entidade ou órgão público da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente.

Entretanto, a cessão de uso vem sendo desvirtuada para a

¹ Direito Municipal Brasileiro, 13ª Edição, pp. 300-301.

transferência de bens públicos a entes não-administrativos e até para particulares. (g.n)

Já o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que:

A cessão de uso de bens móveis só é admitida entre entes, órgãos ou entidades públicas da Administração Pública direta e indireta ou de órgãos da Administração Pública direta para concessionárias, permissionárias, autorizadas ou entidades de colaboração, **não sendo cabível a cessão para pessoas físicas ou jurídicas de direito privado não integrantes da estrutura do Poder Público** (No Julgado nº 1553). (g.n)

Já o art. 159 da Lei Orgânica de Itaberaba estabelece três formas de uso de bem público por terceiros (concessão, permissão ou autorização), sendo que o seu parágrafo único é assente ao dispor que a cessão de bens públicos somente é possível quando em favor de entidades públicas.

Vejamos:

Art. 159. O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.

Parágrafo único. O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos, inclusive os da administração indireta, desde que atendido o interesse público.

Com efeito, entendemos que o instrumento jurídico mais adequado a ser utilizado no presente caso é a **concessão do direito real de uso** – e não a cessão – e a sua fundamentação é o Decreto-Lei 271/67 e demais normas correlatas.



Ante o exposto, recomenda a retirada de pauta da presente proposição, a fim de que o autor do projeto realize as alterações necessárias.

Sugere-se, ainda, o seguinte: a) seja acostada aos autos a certidão de matrícula do imóvel expedida pelo Cartório de Registros Imobiliários; b) seja juntado o laudo de avaliação do imóvel.

Por oportuno, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Leandro Almeida de Oliveira

OAB/BA 21.879

Sérgio Bensabath Jr.

OAB/BA 34.262

Henrique Coimbra Filho

OAB/BA 31.986



Câmara Municipal de Itaberaba

ESTADO DA BAHIA
CNPJ 13.267.315/0001-41

Itaberaba-BA, 22 de novembro de 2023.

Of. n.º 300/2023 - GAB

Ao

ESCRITÓRIO COIMBRA, OLIVEIRA & BENSABATH ADVOGADOS (COB)

Att. Ilm.º Sr. Dr. Leandro Almeida de Oliveira

Av. Rio Branco, 390, Centro, Itaberaba-BA

Assunto: Solicitação de novo parecer jurídico - Projeto de Lei nº 08/2023 de autoria do Poder Executivo Municipal (proc. 211/2023).

Prezado Senhor,

Após cordiais cumprimentos, vimos solicitamos a apreciação e emissão de novo parecer jurídico referente ao Projeto de Lei nº 08/2023 (proc. nº 211/2023), de autoria do Poder Executivo Municipal, cujos autos seguem em anexo.

Conforme consta nos autos, o referido projeto de lei trata da desafetação e autorização de cessão de lote de terras urbanas à Primeira Igreja Querubins, visando o desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais. Na análise inicial do Jurídico desta Casa Legislativa, o projeto recebeu parecer pela inconstitucionalidade, sob a alegação de que a cessão de lotes urbanos para o desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais violaria o princípio da laicidade do Estado, conforme previsto no art. 19, I, da Constituição Federal. Além disso, foi apontada a necessidade de licitação na modalidade concorrência, conforme dispositivos legais aplicáveis.

Contudo, a Procuradoria Geral do Município de Itaberaba enviou ofício a esta Câmara Municipal, solicitando a retratação do mencionado projeto. A PGMI argumenta-se que não se trata de doação para a Igreja, mas sim de cessão de área para fins religiosos, sociais e culturais, sendo a autorização de natureza precária, não havendo, portanto, violação à laicidade do Estado, ante o interesse público envolvido.

Diante das novas informações apresentadas pela Procuradoria Geral do Município, solicitamos a reanálise do Projeto de Lei nº 08/2023, emitindo um novo parecer jurídico considerando os argumentos apresentados pelo referido órgão.

Certos da atenção e da competência desta Assessoria Jurídica, agradecemos antecipadamente pela celeridade no atendimento a esta solicitação.

Atenciosamente,

Recebi

24/11/23

Ass.

Vereador GERSON ALMEIDA DE JESUS
Presidente



PREFEITURA
ITABERABA
TERRA DO DESENVOLVIMENTO

PROCURADORIA-GERAL

Ofício PGMI/GAB n.º255/2023

Itaberaba 17 de Novembro de 2023

URGENTE

Exm.º Sr. GERSON ALMEIDA DE JESUS

Presidente da Câmara Municipal de Itaberaba

SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO EM PAUTA PARA TRAMITAÇÃO REGULAR DO PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO DE Nº 08/2023 (PROCESSO CMI 211/2023)

Exm.º Sr. Presidente

Após cordiais cumprimentos, conforme já exaustivamente justificado nas razões do projeto que segue anexo, solicitamos a inclusão do projeto epigrafado na pauta da CMI, requerendo a tramitação de forma regular.

No que tange ao Parecer Jurídico exarado pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei registramos que não se trata de DOAÇÃO para a Igreja e sim CESSÃO DE ÁREA para fins religiosos, sociais e culturais sendo a autorização de natureza PRECÁRIA não havendo portanto violação à laicidade do estado ante o interesse público envolvido.

Nesta toada, requer que os autos sejam encaminhados mais uma vez para a Assessoria Jurídica para emissão de novo Parecer ante as novas informações prestadas.

Segue anexo os autos originais em 16 laudas.

Atenciosamente,

OACIR SILVA MASCARENHAS
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Câmara Municipal de Itaberaba
RECEBIDO EM
17/11/2023 As 16:15 h
Servidor: D. L. SA

PARECER JURÍDICO

ASSJUR.VB.01.140423.CMI

EMENTA: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE DESAFETAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CESSÃO DE LOTES URBANOS À PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS – PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO – OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA - PARECER PELA INCONSTITUCIONALIDADE.

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do poder executivo municipal que tem por objetivo autorizar a desafetação e cessão de lotes urbanos à Primeira Igreja Querubins para o desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais.

Inicialmente, vale ressaltar que a desafetação e a cessão de áreas públicas são temas relevantes e que demandam atenção especial do Poder Público. A desafetação consiste no processo pelo qual uma área pública deixa de ser utilizada para um fim específico, podendo ser destinada a outra finalidade de interesse público. Já a cessão de área pública é a transferência de uso de um imóvel público para um particular, que passará a utilizar a área para uma finalidade específica, mediante contraprestação. Dessa forma, a desafetação e a cessão de áreas públicas devem ser realizadas com cautela e observância aos requisitos legais, visando sempre ao interesse público e ao bem-estar da sociedade.

Tendo isso em vista, podemos preliminarmente, afirmar que a propositura apresentada é inconstitucional, uma vez que viola o art. 19, I, da Constituição

Federal de 1988, que estabelece a laicidade do Estado, vedando a possibilidade de estabelecimento de qualquer culto religioso ou igreja com caráter oficial.

Dispõe o art. 19, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

“Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (...)”

Nesse sentido, a transferência de bens públicos para a igreja em questão, para fins religiosos, fere o princípio da separação entre Estado e religião, previsto na Constituição Federal, e é, portanto, inconstitucional.

Além disso, a autorização legislativa para a cessão do imóvel público não supre a obrigatoriedade da licitação na modalidade concorrência, conforme disposto no art. 17, I, da Lei 8.666/93. A autorização legal é um dos requisitos para a realização da cessão, mas não afasta a necessidade de observância dos demais procedimentos previstos em lei para a alienação de bens públicos.

À vista disso, temos a seguinte decisão:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 4.763/08,
COM REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 5.206/11, AMBAS DO
MUNICÍPIO DE AMERICANA QUE AUTORIZAM O PODER

EXECUTIVO A CEDER MEDIANTE CONTRATO DE CONCESSÃO À IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS – MINISTÉRIO BELÉM, IMÓVEL PÚBLICO, PARA DESENVOLVIMENTO NO LOCAL DE ATIVIDADES INERENTES A SUA FINALIDADE ESTATUTÁRIA – PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE POR SE TRATAR DE LEGISLAÇÃO DE EFEITOS CONCRETOS – AFASTAMENTO – NECESSIDADE DE FISCALIZAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E DOS ATOS NORMATIVOS QUANDO HOUVEER CONTROVÉRSIA CONSTITUCIONAL SUSCITADA EM ABSTRATO, INDEPENDENTE DO CARÁTER GERAL OU ESPECÍFICO, CONCRETO OU ABSTRATO DE SEU OBJETO – PRECEDENTES DESTES ÓRGÃO ESPECIAL E DA CORTE SUPREMA. DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL MUNICIPAL A PARTICULAR SEM PRÉVIA LICITAÇÃO – HIPÓTESE DE DISPENSA NÃO PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 – COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA PREVISTA NO ARTIGO 22, XXVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – OFENSA AO PACTO FEDERATIVO AO QUAL ESTÁ SUBMETIDO O MUNICÍPIO POR FORÇA DO ARTIGO 144, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL – VIOLAÇÃO, AINDA, DO DISPOSTO NO ARTIGO 117, CAPUT, DA CARTA ESTADUAL, QUE EXIGE LICITAÇÃO PARA A ALIENAÇÃO ORA QUESTIONADA – AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 4.763/08, COM REDAÇÃO ALTERADA PELA LEI Nº 5.206/11, AMBAS DO MUNICÍPIO DE AMERICANA.

(TJ-SP - ADI: XXXXX20198260000 SP XXXXX-10.2019.8.26.0000, Relator: Ferraz de Arruda, Data de Julgamento: 10/06/2020, Órgão Especial, Data de Publicação: 11/06/2020)

Ademais, constata-se também que a matéria em discussão fere a Constituição Estadual - diploma esse que parametriza a análise da constitucionalidade das leis municipais -, mais precisamente o seu art. 18, que dispõe sobre a alienação de bens imóveis do Estado e de suas entidades. O dispositivo determina que a alienação, a qualquer título, de bens imóveis do Estado, e de suas entidades que não explorem atividades econômicas lucrativas, dependerá de autorização prévia do Poder Legislativo e será precedida de licitação pública.

Na mesma linha, também viola o art. 37, XXI da Constituição Federal, que estabelece a obrigatoriedade da realização de licitação pública para a alienação de bens públicos. A norma determina que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, dentre eles, destaca-se a obrigatoriedade da realização de licitação para a alienação de bens públicos.

O Projeto de Lei em questão, ao prever a cessão de lotes urbanos à Primeira Igreja Querubins sem a realização de licitação na modalidade concorrência, viola ambos os dispositivos constitucionais, estadual e federal.

Por fim, é correto afirmar, que proposição viola não apenas as Constituições do Estado da Bahia e da República Federativa do Brasil, mas também a Lei 8.666/93, o que induz à sua inconstitucionalidade.

Assim, é possível concluir que o Projeto de Lei nº 08/2023, de iniciativa do poder executivo municipal, que trata da desafetação e autorização de cessão de lotes urbanos à Primeira Igreja Querubins para o desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais, é inconstitucional, por violar o princípio da laicidade do Estado previsto no art. 19, I, da Constituição Federal, bem como por não observar a

obrigatoriedade de licitação na modalidade concorrência, nos termos do art. 18 da Constituição Estadual, art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 17, I, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto, forte nas razões adredemente expostas, esta Assessoria Jurídica opina pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 08/2023, de autoria do Poder Executivo Municipal.

Este é o nosso parecer – SMJ.

Itaberaba/BA, 14 de abril de 2023.

Leandro Almeida de Oliveira
OAB/BA 21.879

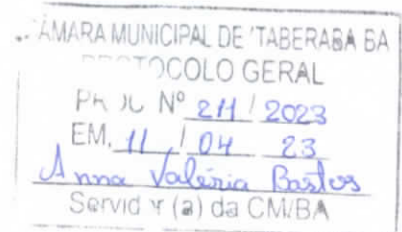
Henrique Coimbra Filho
OAB/BA 31.986

Sérgio Bensabath Jr.
OAB/BA 34.262

Ofício n.º 55/2023/GAB

Itaberaba, 28 de março de 2023.

Exm.º Sr.º **Gerson Almeida de Jesus**
D.D Presidente da Câmara Municipal
Nesta



Exm.º Sr. Presidente

Assunto: **Encaminha Projeto de Lei.**

Após cordiais cumprimentos, solicito inclusão na Pauta do Legislativo Municipal do Projeto de Lei abaixo discriminado:

- ✓ **Projeto de Lei n.º 008 de 28 de março de 2023** – que “*Desafeta e autoriza a cessão de lote de terras urbano à Primeira Igreja Querubins para desenvolvimento de atividades religiosas, sociais e culturais*”.

Sendo o que se apresenta, aproveito o ensejo para elevar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Itaberaba
RECEBIDO EM
11 / 04 / 23 Às 08 52 h
Anna Valéria Bastos
Servidora(a) CM/BA



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 08/2023

O Projeto de Lei que ora envio à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa visa a cessão de imóvel de titularidade do Município à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA, Associação Privada inscrita no CNPJ n.º 23974.266/0001-30 com sede na Av. Flaviano Guimarães 105, Térreo, Centro, Itaberaba/BA por sua representante legal Sra. LEILA MARCIA ELIAS SANTANA ALVES, portadora do RG 08083121-46 SSP/BA CPF 638.625.575-53 para fins de desenvolvimento de suas atividades sociais e religiosas perante a comunidade.

A documentação anexa demonstra que a igreja já detém a posse da área objeto da cessão inclusive já havia há bastante tempo realizado levantamentos topográficos da área.

A referida congregação está instalada há vários anos na Av. Ruy Barbosa, e vem realizando trabalho de evangelização deveras salutar para a comunidade itaberabense precisando de novas áreas para potencialização e desenvolvimento das atividades religiosas.

A municipalidade não está doando mas apenas cedendo o espaço para a referida congregação para fins de desenvolvimento da atividade religiosa e cultural.

Diante do benefício social envolvido na questão e, em respeito à essa casa legislativa, solicitamos a autorização legislativa para a referida cessão do imóvel.

Atenciosamente,

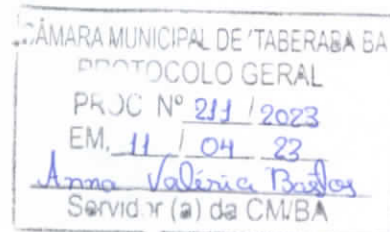

Ricardo dos Anjos Mascarenhas
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI DE N.º 08

DE

28 DE MARÇO DE 2023



**DESAFETA E AUTORIZA A CESSÃO DE LOTE DE
TERRAS URBANO À PRIMEIRA IGREJA
QUERUBINS inscrita no CNPJ n.º 23974.266/0001-30
PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES
RELIGIOSAS, SOCIAIS E CULTURAIS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABERABA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º - Fica desafetado de sua primitiva destinação, para que se torne bem público disponível, o lote de terras urbano situado no endereço constante no anexo I da referida lei, situado no Município de Itaberaba, Bahia, com as limitações geográficas ali definidas,

Art. 2.º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a ceder de forma temporária o imóvel descrito no art. 1.º por 20 (vinte) anos à PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS inscrita no CNPJ n.º **23974.266/0001-30** com o propósito da referida congregação desenvolver as suas atividades culturais, sociais e religiosas.

§ 1.º - A área cedida não poderá ser alienada tampouco ter destinação diversa do propósito disposto no caput deste artigo, sob pena de nulidade do ato, com a reversão da área ao patrimônio do Município de Itaberaba e consequentemente perda, em favor deste, das benfeitorias construídas, sem que discorram quaisquer direitos indenizatórios, devendo tais advertências constar na escritura de cessão.

§ 2.º - Em caso de descumprimento dos termos constantes da presente lei, a revogação da cessão operar-se-á automaticamente, independentemente de aviso,



interpelação ou notificação, revertendo-se a propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade.

Art. 3.º - O terreno de que trata esta Lei reverterá, ainda, ao Patrimônio Municipal, nas condições estabelecidas nos artigos anteriores, bem como, uma vez extinto, desativado ou mudado de local o referido órgão/corporação ou alteradas as suas finalidades.

Art. 4.º - Haverá, ainda, reversão do bem em favor do Município de Itaberaba, acaso não pleno funcionamento das atividades da congregação no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da publicação da presente lei.

Art. 5.º - Correrão às expensas do cessionário as despesas relativas à transferência do bem, notadamente quanto aos impostos e taxas pertinentes

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de março de 2023.


RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS
Prefeito Municipal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 23.974.266/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/10/2015
NOME EMPRESARIAL PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA, UMA NOVA ALIANÇA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 322-0 - Organização Religiosa			
LOGRADOURO AV FLAVIANO GUIMARAES	NUMERO 105	COMPLEMENTO TERREO	
CEP 46.880-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICIPIO ITABERABA	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO PIQDEITABERABA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (75) 9166-3407/ (75) 3251-3809	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 22/10/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/03/2023 às 11:57:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA
www.itaberaba.ba.gov.br


TERMO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO PARA FINS EXECUÇÃO DE ATIVIDADE CULTURAL, RELIGIOSA E SOCIAL.

Aos **DEZOITO DIAS** do mês de **NOVEMBRO** de 2022, no Gabinete do Prefeito situado na Prefeitura do Município de Itaberaba/BA, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Ricardo dos Anjos Mascarenhas e pelo seu Procurador-Geral Oacir Silva Mascarenhas de outro lado a **PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA** inscrita no CNPJ nº 23974.266/0001-30 com sede na **Av. Flaviano Guimarães 105, Térreo, Centro, Itaberaba/BA** por sua representante legal Sra. **LEILA MARCIA ELIAS SANTANA ALVES**, portadora do RG 08083121-46 SSP/BA CPF 638.625.575-53, denominado(a) concessionário(a), celebram o presente **TERMO DE CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO PARA FINALIDADES SOCIAIS, RELIGIOSA E CULTURAIS** de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLAUSULA PRIMEIRA - Do domínio municipal

A concedente e titular do domínio do imóvel objeto dessa concessão situado Avenida Rio Branco, sem número, Bairro Centro, medindo 450m2 (quatrocentos e cinquenta quadrados) conforme memorial descritivo constante do ANEXO I que é parte incluso deste contrato sendo lado esquerdo de 30m lado direito de 30 metros frente de 15metros e fundo de 15 metros, estando o lado esquerdo se limitando com Lotes de terra cedido à Igreja ADS SHALOM, lado direito com lotes institucionais do Município, fundo com Lotes institucionais do Município e frente com a Avenida Rio Branco (**ANEXO I**)

CLAUSULA SEGUNDA Da posse do imóvel objeto de concessão


Oacir Silva Mascarenhas
Procurador Geral do
Município
Decreto nº 080 de 2017

Av Rio Branco, 617 • Centro • CNPJ 13.719.646/0001-75
CEP 46880-000 • Itaberaba - Bahia

Leila Marcia Elias Santana Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA
www.itaberaba.ba.gov.br

A concedente constatou, pelo processo administrativo vinculado à regularização fundiária, que o(a) concessionário(a) já ocupa parte da área mencionada na cláusula primeira para organização de atividades sociais, religiosas e culturais.

CLAUSULA TERCEIRA *Da descrição do imóvel objeto de concessão*

Trata-se de lote de terra situado na Avenida Rio Branco, sem número,

CLAUSULA QUARTA *Da outorga da concessão de uso especial para fins de desenvolvimento de atividade cultural, religiosa e social.*

A concedente, pelo presente instrumento, outorga ao (a) concessionário (a) a concessão de uso especial do imóvel descrito na cláusula terceira, no qual está, a título gratuito, para fins de exercício de atividade religiosa e cultural.

CLAUSULA QUINTA *Do prazo*

A presente concessão de uso especial para fins de desenvolvimento de atividade religiosa e cultural é outorgada por prazo indeterminado, nas condições previstas nesse termo.

CLAUSULA SEXTA *Das obrigações do (a) concessionário (a)*

Pelo presente termo, o (a) concessionário (a) obriga-se a:

- I. Utilizar a área para fins exclusivamente religiosos, culturais e sociais
- II. Não ceder ou locar o imóvel a terceiros;
- III. Não permitir que terceiros se apossam do imóvel, dando conhecimento a Prefeitura de qualquer perturbação;

Oacir Silva Mascarenha
Procurador Geral do
Município
Decreto nº 089 de 2017

Av Rio Branco, 617 • Centro • CNPJ 13.719.646/0001-75
CEP 46880-000 • Itaberaba - Bahia

Joila Maria Elias Santana Alves

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA
www.itaberaba.ba.gov.br

IV. Arcar com as despesas e encargos civis, administrativos e tributários que vierem a recair sobre o imóvel.

V – Contribuir com o bom andamento do processo administrativo que tramita em relação à área.

CLAUSULA SETIMA *Da transferência do direito de concessão de uso especial*

A presente concessão de uso especial para fins de desenvolvimento de atividade religiosa, social e cultural é transferível por ato "inter vivos" ou "causa mortis", mediante anuência previa dos envolvidos.

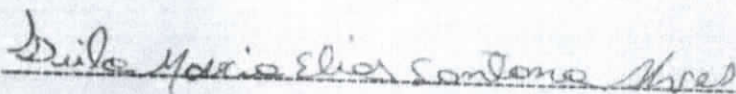
CLAUSULA OITAVA *Da extinção da concessão de uso especial*

A concessão de uso especial ora outorgada extingue-se, unilateralmente, de pleno direito, se o (a) concessionário (a):

I conferir à imóvel destinação diversa da determinada na clausula quarta deste termo;

II – Não ser concluído favoravelmente o processo administrativo em benefício do concedido.


PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA



CONCESSIONÁRIO (A)


RICARDO DOS ANJOS MASCARENHAS

CONCEDENTE


OACIR SILVA MASCARENHAS

Procurador-Geral do Município



Prefeitura Municipal de Itaberaba

Secretaria Municipal de Infraestrutura e
Coordenadoria de Projetos e Estruturas Urbanas
Gerência de Habitação e Saneamento

CERTIDÃO DE MEDIÇÃO

Certifico, de direito que a MEDIÇÃO EFETUADA no imóvel sito à AVENIDA RIO BRANCO S/N BAIRRO SÃO JOÃO nesta cidade de Itaberaba - Ba, requerente PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE ITABERABA, UMA NOVA ALIANÇA CNPJ 23.974.266/0001-30 destinada à finalidade DIVERSOS.

CONTÉM AS SEGUINTE MEDIDAS

Área construída

Frente xxxm.

Fundo xxxm.

Lado direito de quem sai xxxm

Lado esquerdo de quem sai xxxm

Área xxxm²

Sendo que todo lote de terra mede:

Frente: 15,00m

Fundo: 15,00m

Lado direito de quem sai: 30,00m

Lado esquerdo de quem sai: 30,00m

Área do terreno: 450,00m²

[Assinatura]

[Assinatura]

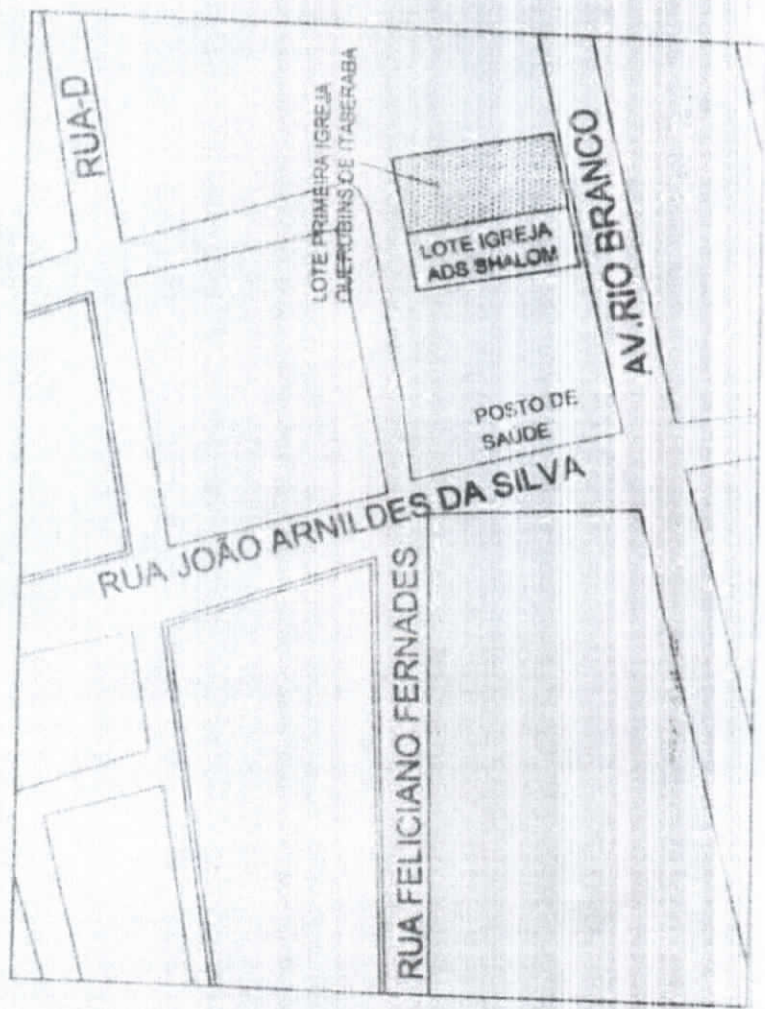
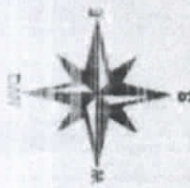
[Assinatura]
Eduardo Francisco da Silva
Gerente de Habitação e
Saneamento
Declarado em 16/2/2021

Itaberaba - Ba, 16 de Agosto de 2022

Setor de Habitação

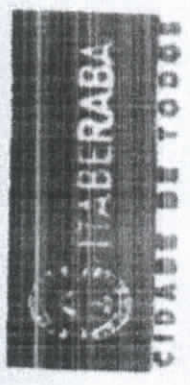
Rua da Palmeira Nº 430 Itaberaba, BA - CEP 46.880-000

[Assinatura]
Dileia Moira Elias Santana dos Santos



Assinado por: *[Signature]*
Gerente de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Data: 11/09/2021

PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITABERABA



LOCALIZAÇÃO

REQUERENTE:
PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE
ITABERABA, UMA NOVA ALIANÇA

ENDEREÇO / LOCAL:
AVENIDA RIO BRANCO S/N BAIRRO SÃO
JOÃO

ÁREA:
450,00m²

ESCALA:
S/ESCALA

PERÍMETRO:
80,00m

PRANCHAS:
2 / 2

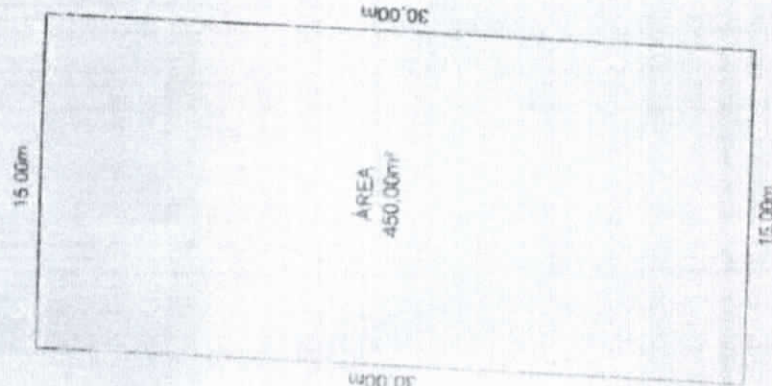
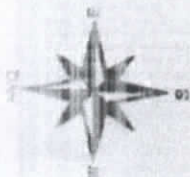
DATA:
AGO / 2022

ARQUIVO:
Croc_Local_01 / 2022

LEVANTAMENTO, EXECUÇÃO E RESPONSÁVEL TÉCNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO

PROF. CARLOS EDUARDO
SANTOS DA SILVA
PROFESSOR DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROFESSOR DE MATEMÁTICA E FÍSICA

DESENHADO
LUCIANA S. DE OLIVEIRA



Eduardo Francisco
Gerente de Habitação
Sanhedrinha
Documento nº 112/2021

AVENIDA RIO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL
DE ITABERABA



MEDICÃO

REQUERENTE:

PRIMEIRA IGREJA QUERUBINS DE
ITABERABA, UMA NOVA ALIANÇA

ENDEREÇO / LOCAL

AVENIDA RIO BRANCO S/N BAIRRO SÃO
JOÃO

ÁREA

450.00m²

ESCALA

1/ESCALA

PERÍMETRO

90.00m

PRANCHA

2 / 2

DATA

AGO / 2022

ARQUIVO

C:\Proj_Locall_08 / 2022

LEVANTAMENTO, EXATIDÃO E RESPONSÁVEL TÉCNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E
DESENVOLVIMENTO URBANO

SETOR RESPONSÁVEL

COORDENADOR DE PROJETOS E TERCEIROS
PROJETO
coordenação de medição e levantamento

DESENHADO

LUCIANA S. DE OLIVEIRA